

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 906.760 ALAGOAS

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
RECDO.(A/S) : ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO
ESTADO DE ALAGOAS - ADEPOL
ADV.(A/S) : FÁBIO BARBOSA MACIEL E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em sessão realizada por meio eletrônico, apreciando o RE 606.358-RG/SP, Rel. Min. ELLEN GRACIE, reconheceu existente a repercussão geral da questão constitucional nele suscitada, e que coincide, em todos os seus aspectos, com a mesma controvérsia jurídica ora versada na presente causa.

O tema objeto do recurso extraordinário representativo de mencionada controvérsia jurídica, passível de se reproduzir em múltiplos feitos, refere-se à “*Inclusão das vantagens pessoais no teto remuneratório estadual após a Emenda Constitucional nº 41/2003*” (**Tema nº 257** – www.stf.jus.br – Jurisprudência – Repercussão Geral).

Sendo assim, e pelas razões expostas, determino, nos termos do art. 328 do RISTF, na redação dada pela Emenda Regimental nº 21/2007, a devolução dos presentes autos ao Tribunal de origem, para que, neste, seja observado o disposto no art. 543-B e respectivos parágrafos do CPC (Lei nº 11.418/2006).

Publique-se.

Brasília, 06 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator